

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Solange Regina Leoni

E-mail: sol.leoni@hotmail.com

Instituição: Prefeitura Municipal de Santo André, Brasil

Submetido: 27/06/2023

Aprovado: 06/11/2023

Publicado: 24/05/2024

 10.20396/rho.v24i00.8673848

e-Location: e024026

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

LEONI, S. R.; BAUER, C. O

SINTEP/MT nas páginas da história da educação brasileira.

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 24, p. 1-17, 2024.

DOI:

10.20396/rho.v24i00.8673848.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8673848>.

Acesso em: 24 maio 2024.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



O SINTEP/MT NAS PÁGINAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA¹



Lattes

Solange Regina Leoni*

Prefeitura Municipal de Santo André



Lattes

Carlos Bauer**

Universidade Nove de Julho

RESUMO

Lançando mão de fontes documentais primárias, da realização de entrevistas e de informações obtidas por intermédio da revisão bibliográfica, o artigo percorre o processo histórico do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT), numa sequência temporal que se inicia em 1979 e se estende pelo tempo presente, resgatando sua origem no interior do movimento associativista mato-grossense, a sua união com Associação Mato-grossense de Professores Primários (AMPP), evento que marcou um importante momento na história do sindicato, e os aspectos gerais do sindicalismo nacional, com o intuito de localizar sua presença nas páginas da história da educação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Associativismo. História da educação. SINTEP/MT. Ensino público. Mato Grosso (MT).

SINTEP/MT ON THE PAGES OF THE HISTORY OF BRAZILIAN EDUCATION

Abstract

Using primary documentary sources, conducting interviews, and gathering information through bibliographic review, the article traces the historical process of the Union of Workers in Public Education of Mato Grosso (SINTEP/MT), in a chronological sequence starting in 1979 and extending to the present time, rescuing its origin within the Mato Grosso associative movement, its union with the Mato Grosso Association of Primary Teachers (AMPP) - an event that marked an important moment in the history of the union - as well as the general aspects of national unionism, aiming to locate its presence in the pages of Brazilian education history.

Keywords: Associativism. History of education. SINTEP/MT. Public education. Mato Grosso (MT).

SINTEP/MT EN LAS PÁGINAS DE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN BRASILEÑA

Resumen

Utilizando fuentes documentales primarias, realizando entrevistas y recopilando información a través de la revisión bibliográfica, el artículo traza el proceso histórico del Sindicato de Trabajadores en la Educación Pública de Mato Grosso (SINTEP/MT), en una secuencia cronológica que se inicia en 1979 y se extiende hasta el presente, rescatando su origen dentro del movimiento asociativo de Mato Grosso, su unión con la Asociación Mato-Grossense de Profesores Primarios (AMPP) - un evento que marcó un momento importante en la historia del sindicato - así como los aspectos generales del sindicalismo nacional, con el objetivo de localizar su presencia en las páginas de la historia de la educación brasileña.

Palabras clave: Asociativismo. Historia de la educación. SINTEP/MT. Educación pública. Mato Grosso (MT).

INTRODUÇÃO

A origem do movimento associativista envolvendo aqueles que atuavam na escola pública mato-grossense guarda suas especificidades e vicissitudes próprias, mas, se encontra vinculada às lutas sociais e políticas contra a ditadura civil-militar, aos percalços e as tentativas de organização dos trabalhadores da educação em todo o território nacional, a partir dessa perspectiva é que podemos falar das raízes históricas do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT).

Na gênese do SINTEP/MT vamos encontrar a Associação Mato-grossense de Professores Primários (AMPP), fundada em 1965, como objetivo primordial de estabelecer de organizar a atuação reivindicativa, a defesa de melhores condições de trabalho e dos interesses corporativos e profissionais dos docentes que lecionavam nas escolas públicas estaduais mato-grossenses.

Na constituição do presente manuscrito lançamos mão da realização de entrevistas com os dirigentes e fundadores do SINTEP/MT, de panfletos, boletins, jornais e revistas e atas localizadas no acervo documental desta entidade, como, também, de informações obtidas por intermédio da revisão bibliográfica que efetivamos para subsidiar o seu desenvolvimento.

NOTAS SOBRE O SINDICALISMO NO BRASIL

Engels (2010) em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” estabelece uma análise profunda das condições de vida da classe trabalhadora inglesa que se encontravam mergulhados no cerne da revolução industrial, enfrentando a penúria, doenças em profusão, a mortalidade precoce, mas, também, localizando o seu ímpeto organizativo como o ponto de partida dos movimentos sociais comprometidos com a superação da miséria social reinante sob a égide do capitalismo, inclusive, com o estabelecimento de organizações classistas que levantaram consignas pela redução das jornadas de trabalho, especialmente, para mulheres e crianças no universo fabril e o questionamento da economia política reinante na sociedade burguesa que se mostram de grande atualidade.

Sem abrir mão de medidas de cerceamento policaresco e pautadas na violência, no Brasil a perspectiva de controle estatal das formas de organização da classe trabalhadora são muito remotas e se desdobram num verdadeiro cipoal legislativo e jurídico com este fim.

Nas palavras de Almir Pazzianotto Pinto (2020, p. 20), ex-advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e, entre os anos de 1985 a 1988, Ministro do Trabalho, do Governo Sarney, “[...] a primeira lei sindical foi o Decreto nº 979, de 6/1/1903, sancionado pelo presidente da República Rodrigues Alves” (Brasil, 1903).

O Art. 2º dizia que a organização os sindicatos da agricultura e das indústrias rurais estava livre de quaisquer restrições ou ônus, bastando, para obterem os favores da lei,

depositar no cartório de Registro de hipotecas do respectivo distrito, com a assinatura e responsabilidade dos administradores, dois exemplares dos estatutos, da ata da instalação e da lista dos sócios, devendo o escrivão do Registro enviar duplicatas à Associação Comercial do Estado em que se organizarem os sindicatos. Apesar desse primeiro documento, na avaliação de Pinto (2020, p. 21), “[...] a legislação sindical propriamente dita, dirigida às classes trabalhadoras, se inicia com o Decreto nº 1.637, de 6/1/1907, sancionado pelo presidente Affonso Penna”.

Emanado do Poder Executivo, esse instrumento jurídico tinha como objetivo disciplinar a criação de sindicatos profissionais e de cooperativas, entre outras coisas, determinando que:

[...] é facultado aos profissionais de profissões similares ou conexas, inclusive as profissões liberais, organizarem entre si sindicatos, tendo por fim o estudo, a defesa e o desenvolvimento dos interesses gerais da profissão e dos interesses profissionais dos seus membros (Pinto, 2020, p. 21).

Ocorre que a liberdade de organização sindical, na prática, era apenas formal porque o crescimento do proletariado no início do século 20, como resultado da urbanização provocada pela abertura de empresas têxteis, metalúrgicas, gráficas, e a atuação de imigrantes europeus atraiu a atenção do governo e dos empregadores, de forma que os sindicatos passaram a enfrentar diversas intervenções (Pinto, 2020, p. 22-3).

A preocupação estatal em procurar estabelecer um controle ainda maior ao movimento sindicalista no Brasil se verificou, logo no início da década de 1930, na chamada era Vargas (Pinto, 2020, p. 22-3).

Mesmo nessa situação adversa houve o registro de inúmeras greves e diversificadas formas de resistência por parte dos trabalhadores na década de 1930. Embora, na lógica empresarial e governista, as greves deveriam se tornar impossíveis por causa da repressão, os ativistas não desistiram do trabalho de organização dos trabalhadores nas empresas (Mattos, 2009, p. 113).

Inseridos no bojo do projeto político e social dito nacional-desenvolvimentista, ao longo dos anos 1950 até início da década de 1960, os sindicatos foram alçados a condição, institucionalmente legitimada, de interlocutores frente aos patrões e as instituições do Estado, se fortalecendo e atuando nacionalmente, sob a liderança do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), mas, sem condições de atuar de forma independente, classista e fazer avançar sua formação política e social.

A partir de 1964, após o golpe militar que culminou na ditadura civil-militar, a situação tornou-se ainda mais complexa para aqueles que atuavam no universo dos movimentos populares e sociais. O golpe teve um efeito devastador para as lideranças sindicais, inclusive na área da educação. O regime civil-militar vislumbrava a educação como uma ferramenta da lógica racional, destinada a tornar o *slogan* “Brasil Grande Potência” bem-sucedido (Ferreira Junior, 2010, p. 98).

Em meados da década de 1970 os governantes passaram a alardear que haveria uma volta ao regime democrático de maneira lenta, gradual e segura. Segundo os seus artífices, essa distensão política envolvia um conjunto de medidas de caráter liberalizantes, como a permissão da propaganda política da oposição, da abolição da censura prévia à imprensa e do anúncio da revogação do AI-5, porém, conduzidas pelo Governo Federal e sem abrir mão das metodologias coercitivas, da repressão aos movimentos sociais e da tortura contra os seus oponentes que continuavam em pleno funcionamento, com o intuito de controlar o pleno desenvolvimento da vida social.

Ao decretar a extinção da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em dezembro de 1979, admitindo assim o retorno do país ao sistema multipartidário, o regime militar deixou para trás a fase da simples ‘abertura’ ou ‘descompressão’ e passou a admitir que o país iria transitar rumo à plena restauração do regime democrático (Lamounier, 1980, p. 135).

Desde os fins dos anos 1970, as organizações dos trabalhadores procuraram interferir de forma ativa nos desígnios do país, quer seja no interior das entidades vinculadas ao chamado sindicalismo oficial, como foi o caso da realização de inúmeras greves, contra o arrocho salarial, perpetradas pelo Sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista, quer seja desenvolvendo ações por fora do aparato estatal, com o estímulo a criação de oposições sindicais e, por exemplo, com a fundação da União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), em 1979, questionando a repressão imposta pela ditadura civil-militar e ganhando às ruas para reivindicar salários dignos e denunciar o abandono da educação em Minas Gerais, pelo governador Francelino Pereira.

Esse conjunto de enfrentamentos, embates políticos e sociais faz parte da contemporaneidade do sindicalismo no Brasil e influenciaram, sobremedida, a criação e o desenvolvimento ulterior do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT).

REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O ASSOCIATIVISMO E O SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO ESTADO DO MATO GROSSO

A história do sindicalismo e do associativismo dos trabalhadores em educação se mostra como uma temática de análise pouco usual nas pesquisas que se desenvolve na Área educacional, esse cenário fomenta a necessidade de reunirmos informações, localizarmos fontes documentais e produzirmos estudos de base com o intuito de dirimir esse hiato.

A partir da preocupação em traçar o percurso histórico do SINTEP/MT e da perspectiva de contribuir com a construção dos estudos envolvendo essa temática, realizamos uma revisão bibliográfica e o levantamento da produção de trabalhos

acadêmicos, preocupados em compreender e analisar essa entidade sindical.

Para a execução do mapeamento das produções correlatas da pesquisa e de acordo os interesses imediatos relacionados ao objeto e à periodização tomada por nós, primeiramente, realizamos buscas no banco de teses e dissertações do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na sequência, foram feitas consultas no portal do banco de teses e dissertações da Universidade Federal do Mato Grosso.

Utilizamos para a efetivação desses levantamentos os seguintes descritores: “Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso” e “associativismo docente no Mato Grosso na ditadura militar”, que nos oportunizaram localizar e selecionar quatro trabalhos que trouxeram o SINTEP/MT como objeto de pesquisa, sendo que nenhum deles recorreu à periodização que nos propomos adotar.

Na sequência apresentamos o resultado desse procedimento, levando em consideração a aderência dos trabalhos apresentados em relação à temática que nos propusmos realizar, ordenando sua apresentação pelo critério do ano de sua apresentação pública em ordem decrescente.

O primeiro estudo encontrado foi de Adriana Aparecida do Vale Kitagawa. A autora realizou uma dissertação de mestrado intitulada “A terceirização de serviços na UFMT como expressão do projeto de desmonte do ensino superior público” junto ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, na Universidade Federal de Mato Grosso, com a preocupação de analisar os impactos socioeconômicos, entre os anos de 2008 a 2016, do processo de terceirização de serviços na UFMT.

Conforme os dados levantados por Kitagawa, ao fim do ano de 2016, existiam vinte e três contratos vigentes entre a UFMT e prestadoras de serviços terceirizados, sendo executados por treze empresas distintas, com um total de novecentos e quinze trabalhadores prestando serviços diariamente nos cinco *campi* da instituição.

Verificou-se que o custo financeiro desses contratos evoluiu de forma constante, impactando o orçamento da instituição. As despesas com terceirização de serviços continuados tiveram, inclusive, aumento proporcionalmente acima das despesas com pessoal efetivo no mesmo período, porquanto, vários cargos técnicos foram extintos e substituídos por prestadores de serviços terceirizados, provocando o enfraquecimento do serviço público.

Como resultados da pesquisa feita por Kitagawa (2018) é possível destacar e compreender que o SINTEP/MT tem contribuído significativamente para a formação de seus filiados, e essa formação produz efeitos em sua prática pedagógica. Ademais, o estudo mostrou que o SINTEP/MT não tem tratado somente das questões salariais e de carreira. Mais do que isso, tem se preocupado com uma pluralidade de temas correspondentes às temáticas diversas da educação.

Em sua dissertação de mestrado Eder Carlos Cardoso Diniz (2014), intitulada “Sindicalismo, docência e formação política do professor da educação básica pública”, realizada junto ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Mato Grosso, campus Rondonópolis, ressalta que cada vez mais, as pesquisas na Área da educação têm se preocupado em investigar a formação sindical e política do professor.

Nesse aspecto, o pesquisador assevera que desde sua fundação, o SINTEP/MT se preocupou com a formação política e sindical de seus filiados, concluindo que a participação dos sindicalistas faz a diferença, quando integrados ao ambiente da escola, pois, é perceptível a atuação dos sindicalizados na luta por melhores condições de educação e intervenção em defesa da melhoria da educação pública em Mato Grosso.

Em “A atuação do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT): uma análise sócio-histórica (1988-2012)”, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em 2013, Jacqueline da Silva Alencar levantou os conceitos de movimento sindical, Estado e trabalho considerados fundamentais para contextualizar e subsidiar suas análises dos movimentos reivindicativos dirigidos por essa entidade classista.

Conforme a autora, a partir de 1988, com promulgação da Constituição, os servidores públicos conquistaram o direito de sindicalizar e, a partir de então, os profissionais da educação pública de Mato Grosso, reunidos em uma associação, que já existia há mais de duas décadas, decidiram transformá-la em sindicato criando o SINTEP/MT.

Alencar (2013) analisou as atas de inúmeras assembleias gerais da categoria e realizou entrevistas com dirigentes e ex-dirigentes do SINTEP/MT e à luz desse material, procurou compreender a história de luta dos trabalhadores do ensino público de Mato Grosso, identificando os momentos de recuos e avanços nas conquistas da categoria, procurando entender a atual lógica de funcionamento da entidade em meio a uma conjuntura política adversa e, conforme alguns estudiosos, marcada pela “crise do sindicalismo”.

A bibliografia sobre a história do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação mato-grossenses se mostra rarefeita, o que nos remeteu em busca de subsídios para a produção desenvolvida no interior da Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras Sobre o Associativismo e o Sindicalismo dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação (Rede ASTE) para estabelecer a consecução deste estudo.

O PERCURSO HISTÓRICO DAS ENTIDADES DOS TRABALHADORES DO ENSINO PÚBLICO NO MATO GROSSO

A busca pelas origens mais remotas do movimento associativista, que engendrou e criou condições políticas e sociais para a fundação e a consolidação do Sindicato dos

Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT), nos remete ao ano de 1977, momento em que o estado sofreu uma divisão territorial estabelecida pelo advento da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro (Alencar, 2013).

Por intermédio deste instrumento legal, sancionado pelo Presidente Ernesto Geisel, originou-se o estado de Mato Grosso do Sul, em 1979, com estrutura político-administrativa própria, cujo primeiro governador, Harry Amorim Costa, foi indicado pelo presidente.

Nas palavras de, Rodrigues e Cruz (2009, p. 30) essa divisão ocorreu de forma questionável, não transparente; a população não fez parte dessa decisão e muito menos foi consultada. De tal modo que:

Os habitantes do norte não concordaram com esta medida, porque economicamente os prejudicava. Na época da divisão militar e política de Cuiabá, Filinto Müller, que era anti divisionista havia falecido (1972), situação essa que facilitou o projeto divisionista das facções dominantes. [...] a divisão foi um ato traumático para o norte e ilustra melhor o fato de ela ter sido fruto de um ato autoritário. Isto porque, obviamente, quem mais perdeu foi o norte. Mas a sua elite política, tal como a do sul, não estava preocupada com o fato de a população ser excluída desse processo (Rodrigues; Cruz, 2009, p. 30).

Para traçar o percurso histórico do SINTEP/MT, é importante se lembrar de que, no ano de 1965, a maioria dos estados brasileiros já contava com associações de professores públicos primários, e alguns com associações de professores secundários. Inclusive, do ponto de vista da organização do magistério nacional, alguns docentes de Mato Grosso haviam participado dos congressos que levaram à fundação da Confederação dos Professores do Brasil (CPB).

Quanto aos funcionários públicos que atuavam em todas as esferas da organização do Estado, eles não podiam ser sindicalizados, e a criação de associações era um recurso muito utilizado para driblar a legislação. Desse modo, durante um longo período histórico, os educadores crescentemente se organizavam em associações de diferentes tipos.

Essa ação organizativa era caracterizada por dois os vetores distintos:

[...] aquele marcado pela preocupação com o significado social e político da educação, do qual decorre a busca de uma escola pública de qualidade, aberta a toda população; e outro marcado pelo aspecto econômico-corporativo, portanto de caráter reivindicativo, cuja expressão mais saliente é dada pelo fenômeno das greves que eclodiram a partir do final dos anos de 1970, repetindo-se em ritmo, frequência e duração crescentes ao longo da década de 1980 e penetrando nos anos de 1990 (Saviani, 2013, p. 45).

A Universidade Federal do Mato Grosso foi à primeira instituição federal de ensino do estado. Instituída pela Lei 5.647, de 10 de dezembro de 1970, apresenta-se como a maior instituição pública mato-grossense de ensino superior, sediada em Cuiabá (Brasil, 1970).

Ocupa estratégica posição geopolítica das Américas, pois está localizada no centro Geodésico da América do Sul e portal da Amazônia (Benfica, 2019).

Foi nesse contexto que surgiu a Associação Mato-grossense de Professores Primários (AAMP), que se transformou na Associação Mato-grossense de Profissionais da Educação (AMPE), até a consolidação do atual Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso, o SINTEP/MT.

A AMPP veio à luz em 29 de junho de 1965, em plena ditadura civil-militar, confrontando a conjuntura política do momento e o pleno desmonte das estruturas sindicais herdeiras do varguismo, mas que, os golpistas alardeavam estar contaminadas pelas ideias e projetos comunistas.

Por esses dias, houve a primeira manifestação pública por reinvindicação de aumento salarial, servindo de estímulo para que os professores que estavam à frente da entidade continuassem a luta pela categoria, ampliando o número de associados e estendendo os direitos a um maior contingente de profissionais.

Ainda com referência à década de 1970, nesse período, é elaborada a Reforma do Ensino do 1º e 2º Graus, em 11 de agosto de 1971, pela Lei 5.692 (Brasil, 1971). Com isso, primário e ginásio se funde no ensino obrigatório de oito anos, denominado 1º Grau. Não havia mais sentido em prolongar a existência de uma associação que se limitasse apenas em representar os professores da primeira à quarta série, assim, a AMPP se transformou em AMP.

A AMP percorreu os fins da década de 1970 em sintonia com os movimentos reivindicativos mais gerais pela redemocratização brasileira, mas, principalmente, se constituiu como um espaço social privilegiado e combativo na luta da categoria pela sua valorização profissional.

Sob a presidência do professor Osvaldo Ferreira da Silva, a AMP organizou a primeira greve do magistério mato-grossense, que forçou o Governador Frederico Campos a efetivar a realização de um concurso público com quase quatro mil vagas em 1980.

Na tentativa de sufocar o movimento e intimidar suas principais lideranças, o professor Osvaldo e a professora Maria Orly, secretária da AMP, foram exonerados, e a entidade sofreu a intervenção de uma Junta Governativa, formada por professores próximos das autoridades educacionais locais.

Com todo esse cenário de instabilidade, a insegurança jurídica estabelecida na década de 1980 contribuiu para que houvesse a organização de um movimento dos professores que visavam à estabilidade em seus cargos, pois, os descasos políticos e administrativos os deixavam em condições de fragilidade laboral.

Em 1977 já existiam associações municipais de professores da rede estadual de ensino: a Associação Campo-Grandense de Professores (ACP) (1952), a Associação de Professores de Aquidauana (APA) (1963), a Associação de Professores de Corumbá (APC), a Associação Pontaporanense de Professores (APP) (1970) e a Associação Douradense de Professores (ADP) (1978), também se registra a existência da Associação Três-lagoense de Professores teve seu início, aproximadamente, em 1975 (Rodrigues; Cruz, 2009, p. 30).

Na década de 1980, impulsionados pelas oposições aglutinadas em torno da Central única dos Trabalhadores (CUT) e pelo avanço do ideário do Novo sindicalismo, houve um fortalecimento das representações políticas das organizações sindicais de diferentes categorias de trabalhadores em todo país.

Ocorre que, por força da lei, os funcionários públicos estavam proibidos de constituir agremiações sindicais. No Mato Grosso não foi diferente, havia muitos obstáculos políticos dentro da categoria profissional do magistério para que as associações municipais se unissem e constituíssem um sindicato único de trabalhadores da educação:

Mas, era óbvio o fato da necessidade de englobar o movimento e organizar uma instituição sindical que representasse os professores do estado, para aunar as ações e ter maior poder, pois as associações docentes em municípios isolados careciam de força suficiente para enfrentar o embate com as autoridades do estado em defesa de seus direitos trabalhistas (Rodrigues; Cruz, 2009, p. 30).

A efetivação da Associação Mato-grossense de Professores (AMP) se deu em um momento de intensas atividades e divergências políticas, fazendo com que uma das características do período fosse que os conselhos diretivos se sucedessem, tomando decisões que não conflitavam com os governos estaduais (Alencar, 2013).

Após o golpe de Estado de 1964, as primeiras eleições diretas para governador ocorreram em 1982. Os sindicalistas tiveram de dialogar com o novo governador, Júlio Campos para poderem alcançar seus objetivos. O ano de 1982 foi marcado também por uma nova greve organizada pela AMP, movimento que concretizou um reajuste salarial histórico de 102% nos salários e garantiu um novo concurso público.

Esse contexto serviu como fator determinante para que, na eleição de 1985, o grupo a vencer as eleições fosse o da chapa “Novos Rumos”. Com isso, as posições passaram a ser independentes e de oposição ao governo, bem diferentes das direções anteriores (Silva, 2019). Dessa mobilização, surgiu, dentro da AMP, um grupo de sindicalistas identificado com novo perfil, composto por educadores nascidos dentro e fora de Mato Grosso, com uma posição política independente e de oposição aos governos estadual, federal e às práticas associativas da maioria das direções anteriores.

A unificação foi uma estratégia recorrente que o movimento de educadores utilizou com o intuito de fortalecer a luta dos trabalhadores em educação. Conforme informado por

Diniz (2014, p. 64), a revista “Novos Rumos”, em sua edição nº 09, de março de 2018, alusiva aos trinta anos de unificação em Mato Grosso, contém relatos que mostram como essa ação não foi pacífica e gerou um processo de disputa dentro da organização.

A estratégia de fomentar a unificação tem raízes ainda na primeira metade dessa década. A ata 6 da Associação Mato-grossense de professores (AMP), lavrada em 26 de maio de 1983, registra que os professores se reuniram para a votação de uma proposta de alteração do Estatuto da Entidade com uma proposta de se associar à Federação de Servidores Públicos de Mato Grosso, o que não foi conseguido nessa reunião devido a divergências políticas e de forma de condução desse processo (Silva, 2019).

Em 1985, a eleição da AMP marcou a ascensão de um grupo de professores que defendia como plataforma: piso salarial; novo concurso público; plano de carreira; gestão democrática; ampliação do quadro associativo, integrando professores das redes estadual e municipal, e filiação dos funcionários das escolas.

Contudo, neste momento ainda não ocorreram mudanças significativas para a categoria. Apenas em 1987, durante a realização de um novo congresso da entidade, com a participação dos funcionários na condição de observadores, a proposta de inclusão na carreira foi debatida e aprovada pelos delegados que participaram do evento com direito a voto. A partir daquele momento, a AMP passou a ser denominada Associação Mato-grossense dos Profissionais da Educação (AMPE) e, a partir de então, passou a contar com os demais profissionais da educação.

Essas mudanças foram importantes, uma vez que o foco central que possibilitou aos professores uma mobilização política no sindicato foi à efetivação de uma política de formação de lideranças, que se iniciou com o projeto Tereza Noronha, em Brasília, com o professor Miguel Arroyo e, depois, em polos regionais organizados pelo professor Monlevade, no caso específico de Mato Grosso.

As dificuldades e desentendimentos foram marcantes, mas parece-nos importante salientar que AMP/ AMPE trouxe muitas resistências, fato que gerou a organização de uma chapa chamada “Pró-fessor”, com o intuito de concorrer às eleições da entidade.

Essas mudanças foram importantes, uma vez que o foco central que possibilitou aos professores uma mobilização política no sindicato foi o incremento de uma política de formação de lideranças, que se iniciou com o projeto Tereza Noronha, em Brasília, com o prof. Miguel Arroyo e, depois, em polos regionais organizados pelo prof. Monlevade, no caso específico de Mato Grosso (Diniz, 2014).

Como visto, anteriormente, as dificuldades e desentendimentos foram marcantes, mas parece-nos importante salientar que AMP/ AMPE trouxe muitas resistências, fato que gerou a organização de uma chapa chamada “Pró-fessor”, com o intuito de concorrer às eleições da entidade. Durante a realização das atividades congressuais, em Cáceres, no mês de outubro de 1988, logo após a promulgação da Carta Magna do país, quando foi oficializada a filiação da AMPE à Central Única dos Trabalhadores (CUT), nasce o Sindicato

dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP-MT), já filiado à CUT.

Com as garantias legais estabelecidas, em 15 de fevereiro de 1989, reuniu-se uma assembleia geral, convocada com a finalidade de deliberar sobre a transformação da Associação Mato-grossense de Professores (AMPE) em sindicato, sendo esse feito registrado em ata da entidade, que pode ser considerada a certidão de nascimento do Sindicato dos Trabalhadores do ensino Público do Mato Grosso [SINTEP/MT] (Alencar, 2013).

Os sindicatos buscavam garantir melhores condições para os professores; em 1984 e 1985, os salários dos professores das escolas públicas de Mato Grosso caíram abaixo do salário-mínimo. O núcleo Sinos (o comitê central de greve) convocou uma Assembleia Geral da AMP para tratar do assunto. Quando a Diretoria Central não agiu, os líderes das bases se uniram para formar um Comando de Greve Geral. Eles então entraram em greve e se mobilizaram fortemente em todo o estado.

O governo estadual usou a violência para tentar impedir a greve, demitindo trinta grevistas, incluindo a líder do SINTEP/MT, que também foi presidente da AMP. A sindicalização dos trabalhadores do setor público foi um grande movimento para ajudar a quebrar a ideia de associações clientelistas, assistencialistas e de recreação que ainda reverberavam em alguns círculos, além de tentar criar uma mentalidade sindical diferenciada daquela que imperava desde os tempos de Getúlio Vargas.

O SINTEP/MT tem contribuído efetivamente com a organização nacional dos trabalhadores em educação, prova disto é a sua inserção, desde a primeira hora, no processo de constituição da Confederação Nacional dos Trabalhadores em educação (CNTE) e a indicação dos seus dirigentes para compor desta entidade. A professora Maria Luiza Zanirato foi diretora do Departamento de Especialistas do CNTE, de 1994 a 1996, e secretária adjunta de Políticas Educacionais na gestão de 2015 a 2016, enquanto o professor João Monlevade foi Diretor do CNTE entre os anos de 1994 a 1998, por dois mandatos consecutivos.

Em torno das bandeiras levantadas pela CNTE se somaram às entidades espalhadas por todo território nacional e contribuíram com algumas das conquistas mais importantes para a educação pública brasileira, incluindo bandeiras mais amplas às reivindicações pela melhoria da gestão das escolas, com eleição de diretores e conselhos, e horas-atividade, utilizando 50% do dia para planejamento pessoal e de equipe e avaliação, bem como a educação continuada.

Diferentemente dos momentos iniciais da retomada do ciclo de greves, a partir de 1978, a segunda metade da década de 1980 viria consolidar uma nova situação, marcada pela ocorrência da unificação da categoria profissional dos professores do ensino básico em grandes jornadas nacionais, unificando pautas econômicas e políticas antes dispersas na ação regionalizada que marcou a ação reivindicatória a categoria (...). À pauta tradicionalmente econômica, assistencial e corporativa do segmento dos professores, incorporaram-se, ao longo dos anos, reivindicações relativas às políticas educacionais que afetam a todo o povo, em particular suas

camadas mais pobres, destacando-se os professores como porta-vozes em defesa da educação pública (Pereira Filho, 2019, p. 116-117).

A partir de 2009, por meio da Lei 11.738/2008, os professores da rede pública do Mato Grosso têm um piso salarial atrelado ao salário-mínimo para os educadores em suas escolas. Em relação ao profissional da educação, a definição do SINTEP/MT conclui que essa é uma profissão, uma ocupação especializada, administrada por um profissional. O Programa de Profissionalização do Emprego oferece cursos técnicos de nível médio, transformando os trabalhadores em educadores profissionais.

O Regime de Trabalho em Tempo Integral determina que os profissionais devam trabalhar 40 horas por semana. Outro destaque importante da sua intervenção foi à democratização da gestão da educação pública em Mato Grosso. Nas atas de reuniões e nos documentos impressos do SINTEP/MT que localizamos, é possível verificar que, durante a presidência de Carlos Abicalil, houve discussões democráticas sobre importantes demandas mais amplas que envolveram a participação dos trabalhadores da educação, como a Conferência Estadual de Educação, bem como audiências públicas nas Câmaras Municipais e na Assembleia Legislativa do Estado.

A partir dos seus organismos de base, surgiu a proposta do SINTEP/MT para o Sistema Único de Educação Pública Básica (SUBEB), que prevaleceu após uma notável disputa entre linhas de ideologias políticas opostas, que defendiam a divisão do sistema de ensino por meio do Sistema Único Descentralizado de Educação Básica (SUDEB). A iniciativa contou com o apoio do governador Dante de Oliveira e do secretário estadual de Educação, na época, Carlos Alberto R. Maldonado (SINTEP/MT).

Atualmente, conforme registrado em seu sítio na internet, o SINTEP/MT conta com aproximadamente quinze mil associados, distribuídos em cento e trinta e nove sub sedes municipais, organizadas em quinze polos regionais sindicais. A maior parte das filiações advém de professores e professoras da rede estadual, mas o maior crescimento se dá exatamente entre os funcionários das duas redes e os professores das redes municipais, o SINTEP/MT se constitui no maior e mais influente sindicato do estado. Filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), representa todos os profissionais da educação básica pública em âmbito estadual e municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período histórico que demarcamos para estudar a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público do Mato Grosso (SINTEP/MT), entre os anos de 1979 e aqueles que constituem o tempo, trouxe a inequívoca presença dos trabalhadores, do campo e da cidade, organizados em movimentos sociais, políticos e sindicais, na senda da construção da democracia brasileira.

Sob a vigência da transição democrática, avançaram na organização de um novo sindicalismo, caminharam no sentido de construir uma Central Única dos Trabalhadores (CUT) e suas ações ajudaram a impulsionar a luta pela anistia, o questionamento da espiral inflacionária e do endividamento externo, trouxe o fortalecimento das vozes oposicionistas ao regime, a convocação de uma assembleia nacional constituinte e o espraiamento da campanha pelas **Diretas Já!** – por todas as regiões do país.

Com a retomada democrática suas jornadas de luta ajudaram a desvelar os mirabolantes planos econômicos engendrados pelo governo da Nova República e a adesão do governo às políticas privatizantes e de caráter neoliberal do governo Collor, trazendo para as ruas o questionamento público e massivo que levariam ao impeachment desse governante.

O SINTEP/MT surgiu na contra corrente das leis vigentes no país, se consolidou se envolvendo diretamente na urdidura e no desenvolvimento desta movimentação da classe trabalhadora brasileira, imprimindo sua própria história e colocando em prática suas concepções de liberdade e autonomia sindical.

Ao longo desse estudo esperamos ter contribuído com a localização e a legitimação da presença do SINTEP/MT nas páginas da história da educação brasileira, tanto no que diz respeito a sua intervenção movimento associativista e sindical mato-grossense, quanto em relação ao seu relacionamento com o movimento mais geral dos trabalhadores em educação brasileiros.

Numa sequência temporal que se inicia em fins da década de 1970 e se estende pelos anos vindouros essa entidade não arredou o pé em seu compromisso político e social na defesa firme e ininterrupta da escola pública, se constituindo como um polo galvanizador e capacidade de dirigir as lutas específicas da categoria e a tarefa histórica e de grande relevância social que é a defesa da escola pública e gratuita como um direito inalienável do exercício da cidadania brasileira.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, J. S. **A atuação do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso – SINTEP/MT: uma análise sócio-histórica (1988-2012)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, 2013. Disponível em: https://ri.ufmt.br/bitstream/1/1386/1/DISS_2013_Jaqueline%20da%20Silva%20Alencar.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

BENFICA, T. A. H. História do ensino superior em Mato Grosso: das iniciativas frustradas à criação de um sistema universitário. **Revista brasileira de história da educação**, v. 19, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/PWG6qWWQ8ZcR7p59FKKTGLL/?lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 979, de 1º de dezembro de 1903. Faculta aos profissionais da

agricultura a associação em sindicatos, para defesa de seus interesses. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1º dez. 1903. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DPL&numero=979&ano=1903&ato=0dd0TPB5keZR1T7da#:~:text=FACULTA%20AOS%20PROFISSIONAIS%20DA%20AGRICULTURA,PARA%20DEFESA%20DE%20SEUS%20INTERESSES>. Acesso em: 20. jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.738/2008, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica a que se refere a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm. Acesso em: 11 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 5.647, de 10 de dezembro de 1970. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Zona de Processamento de Exportação de Manaus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 dez. 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/15647.htm#:~:text=Autoriza%20o%20Poder%20Executivo%20a,O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%20C3%9ABLICA. Acesso em: 20. jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20. jul. 2023.

DINIZ, E. C. C. **Sindicalismo, docência e formação política do professor da educação básica pública**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Mato Grosso, Rondonópolis, 2014. Disponível em: https://ri.ufmt.br/bitstream/1/404/1/DISS_2014_Eder%20Carlos%20Cardoso%20Diniz.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. [Edição revista]. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERREIRA JUNIOR, A. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos: EDUFSCAR, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5618173/mod_resource/content/1/Ferreira%20Jr.%2C%20AmarilioHist%203%B3ria%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira_%20UAB-UFSCAR.pdf. Acesso em: 20. jul. 2023.

KITAGAWA, A. A. V. **A terceirização de serviços na UFMT como expressão do projeto de desmonte do ensino superior público**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2018. Disponível em: https://ri.ufmt.br/bitstream/1/2459/1/DISS_2018_Adriana%20Aparecida%20do%20Vale%20Kitagawa.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

LAMOUNIER, B. Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil; 1970-1979. Petrópolis: Vozes, 1980.

LEONI, Solange Regina. **História e memória do sindicato dos trabalhadores no ensino público de Mato Grosso – (SINTEP/MT) – (1979-1989)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho – Uninove, São Paulo, 2023.

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PEREIRA FILHO, S. C. **Da Confederação de Professores do Brasil (CPB) à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE): história da organização político-sindical dos trabalhadores em educação brasileiros (1983 a 1991)**. 2019. 246 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/2098/2/Sebasti%c3%a3o%20Carlos%20Pereira%20Filho.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

PINTO, A. P. Sindicalismo no Brasil – Breve História - Convenção 87 da OIT. **Cordis. Dossiê: História e Direito – Representações e Perspectivas**, São Paulo, v. 1, n. 24, 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/Acer/Downloads/51586-Texto%20do%20artigo-152588-1-10-20201124%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/51586-Texto%20do%20artigo-152588-1-10-20201124%20(1).pdf). Acesso em: 18 jun. 2023.

RODRIGUES, C.; CRUZ, M. Tempos e histórias do presente: reflexões acerca da constituição de história do tempo presente. *In*: HARRES, M.; JOANONI NETO (org.). **História, terra e trabalho no Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisas**. São Leopoldo, Cuiabá: Oikos: Unisinos/EdUFMT, 2009. p. 146-168.

SAVIANI, D. A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência. **RBPAAE**, v. 29, n. 2, p. 207-221, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/43520/27390> Acesso em: 11 jun. 2023.

SILVA, E. B. **O SINTEP/MT como locus de formação dos profissionais da educação de Mato Grosso**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019. Disponível em: https://ri.ufmt.br/bitstream/1/3120/1/DISS_2019_Edna%20Bernardo%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

AUTORIA:

* Mestrado em Educação pela Universidade Nove de Julho. Coordenadora Pedagógica na Prefeitura Municipal de Santo André/SP. Contato: sol.leoni@hotmail.com

** Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação Profissional, Gestão e Práticas Educacionais da Universidade Nove de Julho. Contato: professorcarlosbauer@googlemail.com

COMO CITAR ABNT:

LEONI, S. R.; BAUER, C. O SINTEP/MT nas páginas da história da educação brasileira. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 24, p. 1-17, 2024. DOI: 10.20396/rho.v24i00.8673848. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8673848>. Acesso em: 24 maio 2024.

Notas

¹ Artigo desenvolvido a partir da dissertação História e memória do sindicato dos trabalhadores no ensino público de Mato Grosso – (SINTEP/MT) – (1979-1989), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho – Uninove, no ano de 2023. O estudo foi realizado com o apoio da Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP), da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).